

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS
ESTADO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

RESPOSTA ESPERADA DA PEÇA PROCESSUAL

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS, através do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOSSO RUMO, torna público a **Resposta Esperada da Peça Processual** – referente ao cargo **304 – Procurador Jurídico** constante na **Tabela I**, do **Concurso Público - Edital nº 01/2024**, conforme estabelecido a seguir:

304 – PROCURADOR JURÍDICO

Paula é servidora pública efetiva do Município de Suzano/SP desde 01/01/2000. Paula exerce o cargo de auxiliar administrativo desde 01/01/2010 até a presente data. Em 01/07/2024 Paula descobriu que está grávida desde 01/05/2024.

A servidora obteve o comprovante médico da gestação e apresentou para o setor de Recursos Humanos do Município de Suzano/SP.

Em 01/09/2024 Paula sofreu aborto espontâneo em razão de complicações na gestação. O fato foi devidamente comprovado por meio de atestado médico.

Em 01/10/2024 Paula protocolizou pedido de concessão do benefício de salário-maternidade junto ao Instituto de Previdência do Município de Suzano/SP (IPMS). O pedido foi instruído com toda a documentação comprobatória acerca do estado gravídico e do aborto espontâneo. O pedido foi autuado e gerou o processo administrativo nº 025/2024.

Após o devido processo legal, o pedido de Paula foi indeferido. O IPMS acolheu o parecer jurídico da Procuradoria para afastar o pleito sob a alegação de que ocorreu aborto espontâneo e, por isso, afasta-se a proteção legal. O IPMS entendeu que o benefício pleiteado por Paula, salário-maternidade, visa proteger o nascituro e não a servidora.

Inconformada, Paula lhe procura para obter auxílio jurídico acerca do caso concreto.

Diante do exposto acima, sem alterar ou acrescentar qualquer fato, e na qualidade de advogado devidamente contratado e constituído por Paula, apresente a peça processual cabível, fundamentação e conclusão corretas.

Resposta Esperada: O candidato deverá apresentar primeiro recurso administrativo endereçado ao Superintendente do IPMS, conforme artigo 45 da Lei nº 4.583/2012 do Município de Suzano/SP. No mérito, o candidato deverá indicar que a decisão que indeferiu o pedido de Paula está incorreta, com lastro no artigo 16, § 3º da Lei nº 4.583/2012 do Município de Suzano/SP. Paula comprovou com documentos médicos que sofreu aborto espontâneo e, portanto, não criminoso. Nesse sentido, Paula tem direito a receber salário-maternidade correspondente a duas semanas. O pedido deve ser no sentido de reformar a decisão de primeiro e conceder o benefício pleiteado com efeitos desde a data do pleito.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedida a Resposta Esperada da Peça Processual.

Suzano/SP, 17 de janeiro de 2025.

JOEL DE BARROS BITTENCOURT
SUPERINTENDENTE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS